



ESTADO DA PARAÍBA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO
 CNPJ: 01.612.771/0001-00
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO N°: 27/2018-S.A.

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTÃOZINHO E MARILIA PAULINO NOBREGA NASCIMENTO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de SERTÃOZINHO - Rua DIRSON ANDRADE, n°103- Bairro:CENTRO- Cidade:SERTÃOZINHO - Estado:PB, CNPJ n°01.612.771/0001-00, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito(a)JOSE DE SOUSA MACHADO, Nacionalidade:BRASILEIRO, Estado Civil:DIVORCIADO, Profissão:EMPRESÁRIO, residente e domiciliado na(o) Rua JOAO DE FREITAS MOUZINHO, n° S/N- Bairro:CENTRO - CEP.: 58.268-000 - Cidade:SERTÃOZINHO - Estado: PB , CPF n°364.156.184-15, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado MARILIA PAULINO NOBREGA NASCIMENTO- localizado e/ ou Residente no(a) SABINIANO MAIA , n° 775- Bairro: NOVO - CEP.: 58.200-000 - Cidade:GUARABIRA - Estado:PB, CPF e/ou CNPJ n°030.271.024-86, neste ato representado por MARILIA PAULINO NOBREGA NASCIMENTO, CPF n° 030.271.024-86, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:

Este contrato é processado nos termos da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO:

O presente contrato tem por objeto: Prestação de Serviços de engenharia estabelecendo diretrizes gerais para fiscalização de construções; Complementações, reformas ou ampliações de edificações ou conjuntos de edificações. serviços incluídos no escopo da prestação de serviços: Acompanhamento da execução dos contratos junto à Caixa Econômica Federal/FUNASA; Monitoramento e controle das pendências apontadas; Acompanhamento de Projetos submetidos a análise, Acompanhamento dos licenciamentos junto a: SUDEMA, AESA, ENERGISA, CAGEPA, AGEVISA; Antaçaõ da Responsabilidade Técnica, junto ao CREA/PB, Ddos serviços de consultoria e fiscalização de obras; Reprogramações de contratos, com ajustes de documentos e sem alteração do objeto; Coordenação das ações a cargo dos projetistas, necessárias à aprovação dos projetos; fiscalização de obras de engenharia.

A prestação dos serviços deverão obedecer rigorosamente às condições expressas neste instrumento, proposta apresentada e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

Dados Bancários:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

CLÁUSULA TERCEIRA - SECRETARIA:

O(A) CONTRATADO(A) prestará seus serviços para SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- CNPJ n°..., tendo a frente da sua administração o(a) Sr°(ª)DAVÍ ALÉCIO VIEIRA, inscrito(a) sob o CPF n°034.338.914-27, nomeado(a) por Portaria n° 006/2017 emitida pelo Poder Executivo da Entidade Superior em conformidade com a Legislação vigente, atribuindo ao referido Secretário(a) as responsabilidades inerentes ao seu cargo.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 3.400,00 (Três Mil e Quatrocentos Reais)e corresponde ao período que o serviço será prestado, em conformidade ao(s) mês (es) que o contrato alcançar.
 Representado por: 2 x R\$1.700,00.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO:

mmw

Os preços contratados são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos no Art. 65, §§ 5º e 6º, da Lei 8.666/93. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 65, Inciso II, Alínea d, da Lei 8.666/93, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:
02.02.04.122.1003.2.006.3.3.90.36.00.00.00.00.0000

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado na Tesouraria do Contratante, mediante processo regular, da seguinte maneira: Após a execução dos serviços, para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS:

O prazo máximo para a execução do objeto ora contratado, conforme suas características, e que admite prorrogação nos casos previstos pela Lei 8.666/93, está abaixo indicado e será considerado a partir da emissão da Ordem de Serviço:

Início: 12/03/2018

Conclusão: 12/05/2018

O prazo de vigência do presente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2018, considerado da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a prestação dos serviços efetivamente realizados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel prestação dos serviços contratados;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais.

CLÁUSULA DECIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou sub-contratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO:

Este contrato poderá ser alterado, unilateralmente pela Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no Artigo 65 e será rescindido, de pleno direito, conforme o disposto nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93.

O Contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para seus acréscimos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93: a - advertência; b - multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato por dia de atraso na entrega e/ou execução, no início ou na execução do objeto ora contratado; c - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pela inexecução total ou parcial do contrato; d - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de até 02 (dois) anos; e - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação

MPN/11

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; f - simultaneamente, qualquer das penalidades cabíveis fundamentadas na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Píripituba, Estado da Paraíba.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

SERTAOZINHO - PB, 12/03/2018.

TESTEMUNHAS

Josénildo Francisco
CPF: 032.798.514-32

Fabiano Frederico de Glório
CPF: 066.315.804-47

PELO CONTRATANTE

Jose de Sousa Machado
JOSE DE SOUSA MACHADO
Prefeito(a) Constitucional
CPF nº 364.156.184-15

e 2º SEGUINATÁRIO da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO- CNPJ: ...

Davi Alecio Vieira
DAVI ALECIO VIEIRA
CPF: 034.338.914-27
Nomeação - Portaria nº 006/2017

PELO CONTRATADO

Marília Paulino Nobrega Nascimento
MARILIA PAULINO NOBREGA NASCIMENTO
CNPJ/CPF nº 030.271.024-86
MARILIA PAULINO NOBREGA NASCIMENTO
Representante legal - CPF: 030.271.024-86